

Uma Fidalga Portuguesa dos finais da Idade Média: D. Catarina de Albuquerque

Na documentação oriunda do cartório da Ordem de Santiago, que se guarda na Torre do Tombo, recolhem-se alguns dados de interesse sobre uma figura feminina que viveu na segunda metade do século XV e no primeiro quartel do XVI, e que esteve por várias vias ligada a essa milícia. Aliando esses dados aos que aparecem nas chancelarias régias e nos nobiliários, pude reconstituir a respectiva biografia.

D. Catarina de Albuquerque era filha de Luís Álvares Pais, mestre-sala de Afonso V e bisneta por linha masculina e directa do famoso Álvaro Pais, homem honrado, chanceler de D. Pedro I e de D. Fernando, membro do patriciado urbano lisboeta e um dos mentores da subida ao trono de D. João I¹. A mãe, D. Teresa de Albuquerque, era filha de Gonçalo Vasques de Melo, o «Moço», senhor da Castanheira, Povos e Cheleiros, irmã do 1.º Conde da Atalaia e neta de Gonçalves Vasques de Melo, o «Velho», outro apoiante do Mestre de Avis na sua luta pelo trono, e membro do respectivo Conselho². Pelo lado materno, D. Catarina tinha como trisavô o Mestre de Santiago, D. Fernando Afonso

¹ Cfr. Armando Luís de Carvalho Homem, «Em torno de Álvaro Pais», *Estudos Medievais*, n.º 3/4, Centro de Estudos Humanísticos do Ministério da Cultura, Porto, 1983-1984, pp. 93-130; Maria José Pimenta Ferro Tavares, «Jaime Cortesão: a revolução de 1383 e Álvaro Pais», in *Cidadania e História. Em homenagem a Jaime Cortesão*, Sá da Costa, Lisboa, 1985, pp. 123-124.

² Cfr. Armando Luís de Carvalho Homem, «Conselho real ou conselheiros do Rei? A propósito dos 'privados' de D. João I», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. IV, Universidade do Porto, Porto, 1987, p. 54.

de Albuquerque, que também teve um importante papel em 1383-1385 ao lado de D. João I³.

Casou em primeiras núpcias com Nuno da Cunha, filho de João Pereira Agostim ou Agostinho, um dos «Doze de Inglaterra»⁴, e neto de Gil Vasques da Cunha, que tendo começado por apoiar o infante D. João, filho de Inês de Castro, cedo se passou para o lado do Mestre de Avis, que lhe fez várias doações. Em 1398 foi um dos muitos nobres que, descontentes com o monarca, se refugiaram em Castela, mas em 1402 já o vemos novamente em Portugal, a receber de D. João I confirmação de todos os seus bens⁵. João Pereira era sobrinho, pelo lado materno, de Nuno Álvares Pereira, facto não ocultado pelo legendário posteriormente criado em torno dos «Doze de Inglaterra»⁶.

³ Recolhi estes dados biográficos em: *Livro de Linhagens do Século XVI*, introd. de A. Machado de Faria, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 1956, pp. 138 e 159; Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Genealogias Manuscritas, 21.D.31 (*Livro das famílias Nobres deste Reyno de Portugal*, trasladado de diversos autores por Bernardo Pimenta de Avelar Portocarreiro, 1719), f. 21; Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, [3.ª ed.], introd. de L. de Bivar Guerra, vol. I, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1973, pp. 159-168 e 479-480; António Alberto Banha de Andrade, *História de um Fidalgo Quatrocentista Português. Tristão da Cunha*, Instituto Histórico Infante D. Henrique da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1974, pp. 19-21.

⁴ Cfr. Carlos Guilherme Riley, *Os «Doze de Inglaterra»: a ficção e a realidade* [provas de aptidão pedagógica e capacidade científica], exemplar mimeografado, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1988, pp. 69 e 77, notas 18 e 19.

⁵ Cfr. Salvador Dias Arnaut, *A Crise Nacional dos Fins do Século XIV*, vol. I (*A Sucessão de D. Fernando*), Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1960, pp. 185, 188, 196, 208, 244-246; Maria José Pimenta Ferro Tavares, «A nobreza no reinado de D. Fernando e a sua actuação em 1383-1385», *Revista de História Económica e Social*, n.º 12, Sá da Costa, Lisboa, Julho-Dezembro de 1982, pp. 77-78; José Mattoso, «A nobreza e a revolução de 1383», in id., *Fragmentos de uma composição medieval*, Estampa, Lisboa, 1987, p. 291; Humberto Baquero Moreno, «Contestação e oposição da nobreza portuguesa ao poder político nos finais da Idade Média», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. IV, Universidade do Porto, Porto, 1987, pp. 106-108 e 110.

⁶ Cfr. C. G. Riley, *ob. cit.* Para a genealogia de Nuno da Cunha, cfr. ANTT, Genealogias Manuscritas, 21.E.13 (Damião de Góis, *Livro das Linhagens de Portugal*), ff. 45-47; *Livro de Linhagens do Século XVI*, p. 143; Cristóvão Alão

O casamento de D. Catarina com Nuno da Cunha realizou-se certamente antes de 25 de Maio de 1456, pois nesta data Afonso V atribuiu àquele uma tença de 30 mil reais referentes a «tres mjl coroa de sseu casamento» que não recebera⁷.

Do consórcio resultaram vários filhos, o mais famoso dos quais Tristão da Cunha, nascido por volta de 1460⁸. Tiveram ainda Simão da Cunha, D. Joana de Albuquerque, que casou com Lopo Soares de Albergaria, governador da Índia⁹, e várias outras filhas que os nobiliários não nomeiam, referindo apenas que foram freiras (uma delas em Chelas, segundo Felgueiras Gaio)¹⁰. Nuno da Cunha teve ainda um bastardo, Pero Vaz da Cunha¹¹.

Nuno da Cunha era cavaleiro fidalgo da casa do infante D. Fernando, irmão de Afonso V e administrador do Mestrado de Santiago. Seu camareiro-mor (já o era em Dezembro de 1452)¹², governador da sua casa, alcaide-mor de Palmela, comendador de

de Morais, *Pedatura Lusitana (Nobiliário das Famílias de Portugal)*, public. por António Cruz e outros, tomo III, vol. I, Fernando Machado, Porto, 1945, pp. 467-471; Jacinto Leitão Manso de Lima, *Famílias de Portugal. Cópia fiel do manuscrito original existente na Biblioteca Nacional de Lisboa* (exemplar dactilografado), vol. IX, Lisboa, 1929, pp. 220-225; Manuel José da Costa Felgueiras Gaio, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, edit. por Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos Affonso, tomo X, s.e., Braga, 1938, p. 147; Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados, Fundo Geral, cód. 9844, ff. 4-6; ANTT, Geneal. Ms., 21.D.31, ff. 529-530; D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, nova ed., revista por M. Lopes de Almeida e César Pegado, tomo XII, I parte, Atlântida, Coimbra, 1953, p. 143; A. Braamcamp Freire, *ob. cit.*, pp. 170-171; Carlos F. de Figueiredo Valente, *Documentos e Genealogias*, Instituto Português de Heráldica, s.l., 1931, pp. 85-87; Banha de Andrade, *ob. cit.*, pp. 19-21; C. G. Riley, *ob. cit.*

⁷ Cfr. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 13, f. 124.

⁸ Segundo Banha de Andrade, *ob. cit.*, p. 20.

⁹ Cfr. Ernesto Sales, «A igreja da Graça jazida de três governadores da Índia», *Revista de História*, vol. XI, n.º 41 a 44, Clássica, Lisboa, 1922, p. 120.

¹⁰ Cfr. Felgueiras Gaio, *ob. cit.*, p. 147.

¹¹ Sobre a descendência de Nuno da Cunha ver as fontes e trabalhos citados na nota 6.

¹² Cfr. Rui de Pina, «Chronica do Senhor Rey D. Affonso V», in *Crónicas de Rui de Pina*, introd. e revis. de M. Lopes de Almeida, Lello, Porto, 1977, p. 765.

Aljustrel, Alvalade¹³ e Ourique, acompanhou o infante numa «fuga» para Ceuta em Dezembro de 1452¹³. Teve igualmente interesses na Madeira, movendo um feito cível sobre o direito a três dias de água da ribeira de S. Francisco, na capitania do Funchal, que em 1468 lhe foram finalmente reconhecidos¹⁴. Era dono da casa situada em Setúbal onde em 1485 D. João II mataria o duque de Viseu¹⁵. Deve ser a mesma que em 1461 Afonso V lhe autorizara a erguer, sobre o andaime da muralha da vila¹⁶. Em 1462 era-lhe aforado um alpendre pertencente à Coroa na praça da Ribeira¹⁷. E em 1471 os seus apaniguados foram privilegiados em recompensa de serviços prestados em Arzila¹⁸. Nuno da Cunha vivia ainda em 15 de Junho de 1476¹⁹, mas já falecera em 19 de Maio de 1477, data em que D. Catarina de Albuquerque se intitula «mulher que foi de»²⁰.

Viúva, D. Catarina casou em segundas núpcias com D. Fernando Coutinho, marechal do Reino, também ele viúvo de D. Joana de Castro ou de Ataíde²¹. É difícil estabelecer a data

¹³ Cfr. *ibid.*, pp. 765-767. Compare-se esta aventura com a de outros infantes, portugueses e não só, do século XV. Cfr. Paulo Drumond Braga, «Um grande senhor da primeira metade do séc. XV. D. Fernando, filho de D. João I», *História*, ano X, n.º 108, Projornal, Lisboa, Maio de 1988, pp. 80-89.

¹⁴ Cfr. *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, public. e prefac. por João Martins da Silva Marques, vol. III (1461-1500), Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1971, pp. 60-62.

¹⁵ Cfr. B. Freire, *ob. cit.*, p. 171.

¹⁶ Cfr. ANTT, *Odiana*, livro 3, ff. 68v-69.

¹⁷ Cfr. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 1, ff. 70-70v; *Odiana*, livro 5, f. 39.

¹⁸ Cfr. ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 22, f. 110v.

¹⁹ Cfr. B. Freire, *ob. cit.*, p. 171.

²⁰ Cfr. ANTT, *Conventos Diversos, Ordem de Santiago*, livro B-50-1, f. 31.

²¹ Casamento referido por Alão de Moraes, *ob. cit.*, p. 316; Manso de Lima, *ob. cit.*, tomo IX, p. 37; C. de Sousa, *ob. cit.*, p. 22; B. Freire, *ob. cit.*, p. 171, mas omitido por Damião de Góis; (ANTT, *Geneal. Ms.*, 21.E.13, ff. 64-64v e por D. Fernando António de Souza Coutinho (Funchal), *Uma varonia milenária*, 2.^a ed., s.e., Lisboa, 1958, quadro genealógico. Banha de Andrade, *ob. cit.*, p. 21, cometeu um erro ao afirmar que D. Catarina «se matrimoniou com D. Fernando Coutinho, o Almirante que em 1509 há-de determinar a D. Francisco de Almeida a entrega do governo da Índia a Afonso de Albuquerque». Este Coutinho, também marechal, é neto do verdadeiro marido de D. Catarina,

deste consórcio, tanto mais que os documentos referentes a D. Catarina posteriores a 1477 omitem o seu «estado civil». Do seu segundo marido viria ainda D. Catarina a ter mais dois filhos, D. Rodrigo Coutinho, morto em Arzila, e D. Filipa Coutinho²².

D. Fernando Coutinho é uma figura extremamente curiosa do nosso século XV. Filho do 1.º Conde de Marialva, irmão do 2.º, tivera uma primeira intervenção na vida política portuguesa nos anos 30, ao apoiar a Rainha D. Leonor, viúva de D. Duarte, contra o infante D. Pedro, futuro regente. Combateu ao lado de Afonso V em Alfarrobeira, tendo sido feito marechal do Reino em 17 de Dezembro de 1452 e recebido várias doações do monarca. Esteve em Ceuta em 1451, como governador interino, e em Tânger em 1464, junto de Afonso V, tendo sido aprisionado na falhada tentativa portuguesa de conquistar a praça. Libertado, recebeu novas mercês régias, e vamos encontrá-lo uma vez mais a combater com o seu Rei em 1475, em Castela, onde perdeu os dois filhos mais velhos. Recebeu então de Afonso V a vila de Pinhel, com a jurisdição civil e criminal, excepto correições e alçadas²³. O documento régio, datado de 1476, dava-lhe poder para colocar juízes, tabeliães e coudéis, tendo o seu ouvidor possibilidades de ouvir os agravos saídos dos juízes. Fazia-se assim tábua-rasa de todos os privilégios que o concelho gozava por mercê de monarcas passados. Por volta de 1480 Pinhel queixou-se à Coroa de alegadas arbitrariedades cometidas sobre as populações da vila e termo (furtos de gado e roupa, agressões a oficiais concelhios) por um dos filhos do Marechal, D. Henrique Coutinho, supostamente coberto do apoio paterno. O processo desenrolou-se perante a Coroa, vendo-se Afonso V obrigado a decretar a culpabilidade dos Coutinhos e a forçá-los a indemnizar os lesados. Tirou ainda a D. Fernando a jurisdição sobre

e casou com D. Maria de Noronha. Esteve de facto na Índia em 1509, para fazer a transmissão dos poderes, tendo morrido no ano seguinte ao tentar, juntamente com Afonso de Albuquerque, conquistar Calecute (cfr. as fontes indicadas nesta mesma nota, e ainda *Livro de Linhagens do Século XVI*, pp. 191-192).

²² Cfr. Alão de Moraes, *ob. cit.*, p. 316; Caetano de Sousa, *ob. cit.*, p. 221.

²³ Dados biográficos retirados de Humberto Baquero Moreno, *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico* [2.ª ed.], vol. II, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1980, pp. 775-778.

Pinhel, mas a reacção do Marechal não se deve ter feito esperar, já que o monarca recuou na sua decisão. Foi só D. João II, em 1485, que concedeu à vila a promessa de o seu senhorio jamais vir a ser entregue a particular²⁴.

De notar que tudo isto se passa numa altura em que D. Fernando Coutinho se devia já achar casado com D. Catarina de Albuquerque.

*

D. Catarina recebeu várias graças e mercês dos monarcas e dos Mestres de Santiago.

Em 1477 foi-lhe estabelecida pelo futuro D. João II, na altura administrado do Mestrado de Santiago, uma tença de 972 reais por ano, pagos a partir do S. João Baptista seguinte, pelo foro que à Ordem devia por um pomar que nela trazia na Pipa, termo de Palmela²⁵. Em tempos de D. João II a Coroa atribuiu-lhe 20 mil reais «graciosos» por ano pagos no almoxarifado de Setúbal, mercê que D. Manuel confirmou²⁶. Em 1516 o Mestre D. Jorge concedeu-lhe, para o ano que decorria entre o S. João Baptista de 1516 e igual dia do ano seguinte, quatro moios de trigo a retirar do rendimento do pão do almoxarifado de Alcácer do Sal. O documento é seguido de um «conhecimento» de recibo assinado pela própria D. Catarina²⁷.

Em 1510, numa visitação que a Ordem fez a Palmela, o seu nome aparece entre os respectivos foreiros, como detentora de uma terra com oliveiras na Amoreira, aforada em três vidas, de que ela era a primeira, e solvendo pelo S. João 100 reais de foro anual. Tal terra confrontava com outra a ela pertencente. Trazia igualmente uma horta na Pipa, provavelmente o pomar a que alude o documento de 1477. E ainda duas casas, várzeas e chão

²⁴ Querela minuciosamente estudada por Humberto Baquero Moreno, «Um conflito social em Pinhel e seu termo, no século XV», in id., *Marginalidade e conflitos sociais em Portugal nos séculos XIV e XV*, Presença, Lisboa, 1985, pp. 172-211.

²⁵ Cfr. ANTT, *Conventos Diversos, Ordem de Santiago*, livro B-50-1, f. 31.

²⁶ Cfr. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 41, f. 102.

²⁷ Cfr. ANTT, *Conventos Diversos. Ordem de Santiago*, Convento de Palmela, maço 4, doc. 262.

pousio, com seu olival. Achava-se tudo perpetuamente aforado por contrato estabelecido entre o infante D. Fernando e Nuno da Cunha, solvendo 974 reais por ano²⁸.

Acrescente-se ainda que D. Catarina possuiu pelo menos uma escrava, pois em 1471, sendo ainda casada com o seu primeiro marido, Afonso V autorizou-a a alforriá-la. Era uma moura chamada «a Fote», decretando o monarca que ela não deveria trazer o resgate de terras de Mouros. Depois de viver dois anos no Reino, poderia ir para onde quisesse²⁹.

*

Na documentação da época existem homónimas de D. Catarina de Albuquerque, mas na maior parte dos casos é fácil distinguir uma das outras. O mesmo não se passa já com um documento registado nas Chancelarias de D. Manuel e de D. João III e num livro de Odiana³⁰. Em 1497, e, depois, em 1528, uma Catarina de Albuquerque pediu à Coroa confirmação de um privilégio dado em 1449 por Afonso V a Gonçalo Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa do infante D. Henrique, pelo qual lhe coutava uma quinta no termo de Panóias. Na listagem que fez dos homens da casa do infante navegador, João Silva de Sousa localizou dois Gonçalos Mendes (nenhum sem o apelido), mas só um é fidalgo³¹. Pelas genealogias que elaborei de D. Catarina e de Nuno da Cunha não me parece que seja parente de nenhum deles. Isso não é contudo obstáculo para o facto de em 1497 essa quinta se achar nas mãos da minha biografada.

²⁸ Cfr. ANTT, *Conventos Diversos, Ordem de Santiago*, livro B-50-150, ff. 45-45v; Paulo Drumond Braga, «A construção corrente na Região de Palmela nos finais da Idade Média», comunicação apresentada ao 1.º Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, 3, 4 e 5 de Março de 1989, Actas no prelo.

²⁹ ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 16, f. 29v.

³⁰ Cfr. ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, livro 28, f. 64; *Odiana*, livro 6, f. 198; *Chancelaria de D. João III*, livro 17, f. 68.

³¹ Cfr. João Silva de Sousa, *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, dissertação de doutoramento em História a apresentar à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, exemplar mimeografado, Lisboa, 1988, p. 649.

Se assim for, é de 1528 (data da confirmação de tal coutada por D. João III) a última informação documental que conheço a respeito de D. Catarina de Albuquerque. Se se negar a coincidência das figuras, resta-nos o alvará de D. Jorge, de 1516.

A partir daqui perde-se-lhe o rasto, assim como o de seu segundo marido, despercebido a partir de 1481.

*

Descendendo, quer por via paterna, quer materna, de intervenientes ao lado do Mestre de Avis nos acontecimentos de 1383-1385, e como tal grandemente favorecidos pela nova dinastia, casada em primeiras núpcias com um membro da média nobreza ligado a uma das mais importantes casas senhoriais do Reino, esse casamento ligou-a para sempre a um significativo grupo de pressão do nosso século XV, a Ordem de Santiago³². Já menos transparece nas fontes a sua união a uma outra família com funções de chefia militar, que beneficiara da renovação dos quadros da nobreza (titulada ou não) empreendida por Afonso V em consequência da dinâmica criada pelas campanhas de Alfarrobeira, Alcácer Ceguer, Arzila, Tânger e Castela³³, e que pode ser apresentada como protótipo do senhorialismo pós-Alfarrobeira, beneficiando da política liberalista de Afonso V (o que não se pode desligar da citada dinâmica militar), e simultaneamente actuando em áreas geográficas física e politicamente afastadas da Realeza (Beira)³⁴.

³² O conceito aplicado às Ordens Militares medievais foi introduzido por Luís Adão da Fonseca, «Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do séc. XV», *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, vol. I, Universidade do Porto, Porto, 1984, pp. 19-56.

³³ Cfr. Luís Filipe Oliveira e Miguel Jasmins Rodrigues, «Um processo de reestruturação domínio social da nobreza. A titulação na 2.^a dinastia», *Revista de História Económica e Social*, n.º 22, Sá da Costa, Lisboa, Janeiro-Abril de 1988, pp. 83 e 87.

³⁴ Cfr. Humberto Baquero Moreno, «Abusos e violências na região da Beira Interior durante o reinado de D. Afonso V», *Revista de História das Ideias*,

Favorecida com tenças e outras graças pelos monarcas e pelos Mestres de Santiago, detentora de foros pertencentes à Ordem, e bem assim de haveres próprios, D. Catarina de Albuquerque pertence a um tipo de nobreza quatrocentista cuja importância começa agora a ser detectada, mas que há que continuar a estudar com urgência e rigor³⁵.

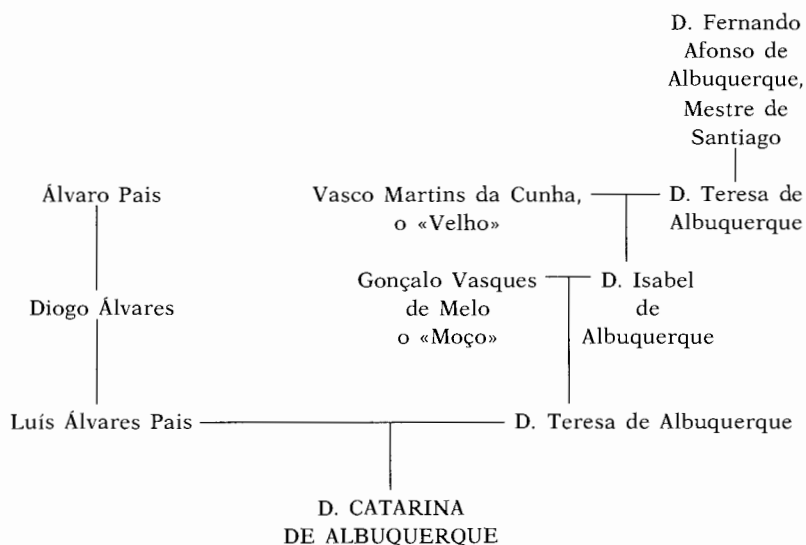
Paulo Drumond Braga

vol. VI, Instituto de História e Teoria das Ideias da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1984, pp. 175-192.

³⁵ Cfr. A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos Séculos XIV e XV* (= *Nova História de Portugal*, dir. do mesmo e de Joel Serrão, vol. IV), Presença, Lisboa, 1987, pp. 247-255.

Quadro Genealógico I *

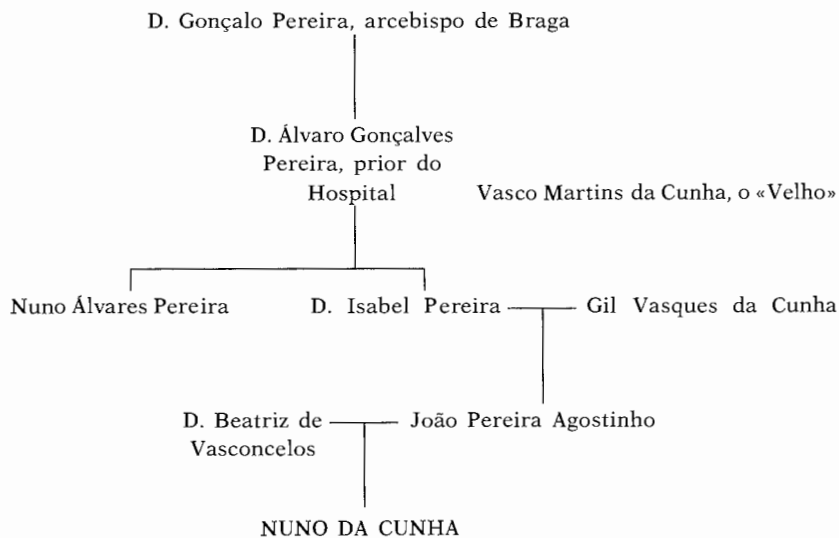
ascendência de D. Catarina de Albuquerque



* Quadros elaborados com base nas fontes e estudos citados ao longo deste artigo, sobretudo nas notas 3, 6 e 21.

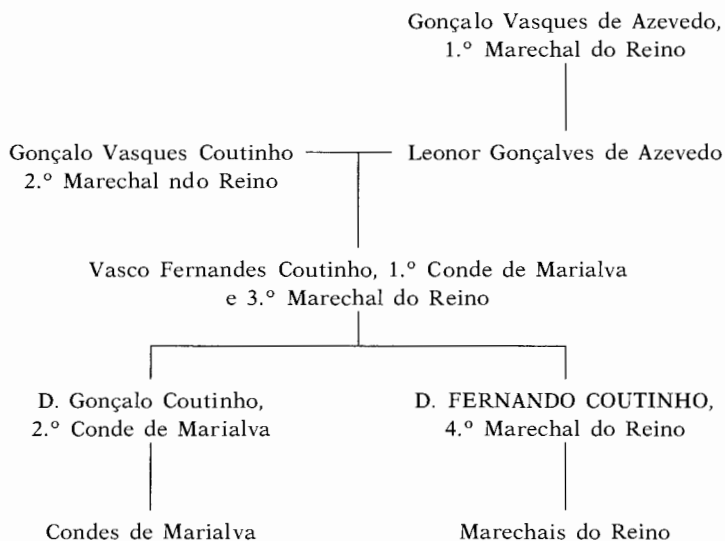
Quadro Genealógico II

ascendência de Nuno da Cunha



Quadro genealógico III

ascendência de D. Fernando Coutinho



Quadro Genealógico IV

Casamentos e descendência de D. D. Catarina de Albuquerque

